À Assembleia Geral Bolsa de Valores de Cabo Verde

CC: Presidente do Conselho de Administração da BVC

Dra. Júlia Alves Santos Da Cruz

Parecer n.º 02/2026

Assunto: Análise e controlo do relatório de contas da BVC relativo ao ano de 2025.

I. Introdução/ Enquadramento

Por força do estabelecido no artigo 31.º do Estatuto da Bolsa de Valores (BVC), compete ao Conselho Fiscal:

> *d) Emitir parecer acerca dos Instrumentos de Gestão Provisional (IGP) e de prestação de contas;*
>
> *h) Analisar, pelo menos trimestralmente, a contabilidade da Bolsa, evidenciando os possíveis desvios, propor ao Conselho de Administração medidas de correção e informar à Assembleia Geral sobre a proposta;*
>
> *i) Analisar o relatório e contas para garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e de todas as outras informações financeiras;*

Neste contexto, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório e Contas relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e os mapas financeiros disponibilizados pelo Conselho de Administração. O presente parecer tem como objetivo apreciar a consistência da informação financeira, a evolução da situação económico-financeira da instituição e a conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.

Assim, cumpre-nos o dever de emitir o referido parecer.

II. Análise

O exercício de 2025 decorreu num contexto macroeconómico internacional marcado por incertezas, mas também por sinais de resiliência, que se refletiram positivamente na economia cabo-verdiana. Esta registou um crescimento robusto de 5,5%, criando um enquadramento favorável ao desenvolvimento da atividade da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Neste contexto, a instituição apresentou um desempenho notável, evidenciado pelo crescimento significativo da capitalização bolsista, pelo forte dinamismo do mercado primário e pelo aumento do número de transações no mercado secundário, o que confirma o reforço do papel do mercado de capitais no financiamento da economia.

A nível financeiro, os indicadores revelam uma evolução globalmente positiva da estrutura financeira da instituição, com destaque para o aumento da taxa de solvabilidade, que reflete um reforço substancial da capacidade dos capitais próprios para fazer face às obrigações perante terceiros, bem como uma melhoria da autonomia financeira, traduzindo uma maior independência face a capitais alheios. Verifica-se também uma evolução favorável dos indicadores de liquidez, tanto a nível geral como a nível imediato, o que demonstra a elevada capacidade da instituição em cumprir as suas obrigações a curto prazo e uma gestão prudente da tesouraria. Adicionalmente, observa-se uma diminuição muito significativa do prazo médio de pagamento a fornecedores, o que evidencia uma maior disciplina financeira, enquanto o prazo médio de recebimento se mantém relativamente estável, com uma ligeira variação. A melhoria da proporção da dívida líquida reforça igualmente a ideia de uma menor pressão financeira sobre os recursos da instituição.

A nível de rubricas, verifica-se que o volume de negócios ficou ligeiramente aquém do previsto (-1,28%), ao passo que os gastos com pessoal registaram uma execução inferior ao orçamentado (-5,36%), o que reflete uma gestão contida nesta rubrica. Por outro lado, os fornecimentos e serviços externos, excederam o orçamento em 16,33%, o que é justificável pelos investimentos estratégicos e pelas iniciativas de internacionalização realizadas ao longo do ano.

O resultado líquido ficou 22,54% abaixo do previsto, o que, não obstante, representa um desempenho positivo e sustentável num contexto de normalização da atividade face ao ano anterior.

Assim, perante estes números, pode confirmar-se que, no que respeita ao desempenho económico, o volume de negócios manteve-se relativamente estável em relação ao ano anterior, refletindo a continuidade da atividade e a resiliência das receitas, ainda que num contexto de ajustamento do mercado. Por outro lado, verifica-se um aumento significativo dos fornecimentos e serviços externos, associado ao esforço de investimento estratégico e à implementação de iniciativas de desenvolvimento institucional, nomeadamente nas áreas da internacionalização e da inovação. Os gastos com pessoal mantiveram-se praticamente estáveis, o que evidencia uma gestão equilibrada dos recursos humanos. Em termos de resultados, a instituição registou um EBITDA e um EBIT positivos, bem como um resultado líquido positivo, ainda que inferior ao do exercício anterior, refletindo o impacto do aumento dos custos e do ciclo de investimento em curso.

No que se refere à rentabilidade, os indicadores evidenciam uma compressão das margens operacionais e da rentabilidade dos capitais próprios e do ativo, refletindo um contexto de maior pressão sobre os resultados, sobretudo devido ao aumento dos custos operacionais e ao esforço de investimento estratégico. Apesar desta evolução, a instituição mantém a capacidade de gerar resultados positivos e de assegurar a sustentabilidade da sua atividade.

É importante salientar que existe coerência entre a evolução da atividade da Bolsa de Valores de Cabo Verde, que se caracteriza por um mercado muito dinâmico e pelo reforço das suas funções no sistema financeiro, e o desempenho financeiro observado. A redução da rentabilidade é explicada, em grande medida, por opções estratégicas orientadas para o crescimento futuro, nomeadamente no que se refere à digitalização, internacionalização e desenvolvimento do mercado.

Com base na documentação analisada, o Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e que a informação apresentada é, de um modo geral, consistente, clara e adequada, não tendo sido identificadas quaisquer situações que comprometam de forma significativa a fiabilidade das contas.

III. Parecer

Após a análise do Relatório de Gestão e Contas da Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal concluiu que as demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da BVC à data de 31 de dezembro de 2025, bem como o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data. O Conselho Fiscal concluiu ainda que o Relatório de Gestão descreve adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho da instituição e a sua posição económica e financeira, encontrando-se em conformidade com as demonstrações financeiras. O Conselho Fiscal considerou também que as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e que foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior, e que a informação financeira e operacional divulgada é clara e transparente, permitindo uma compreensão adequada da situação. Da mesma forma, foi assegurado o cumprimento das obrigações fiscais e contributivas, tendo sido regularizadas as dívidas fiscais identificadas em exercícios anteriores.

Tendo em conta o exposto, o Conselho Fiscal entende que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025 refletem de forma verdadeira e apropriada a situação económico-financeira da Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A., sendo a evolução observada compatível com o respetivo ciclo de desenvolvimento estratégico e com o contexto económico em que a empresa se insere. A posição financeira mantém-se sólida, com níveis confortáveis de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira.

Nestes termos, o Conselho Fiscal é favorável à aprovação, pela Assembleia Geral, do Relatório e Contas do exercício de 2025.

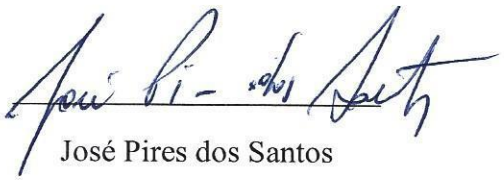
Sem prejuízo do parecer favorável, o Conselho Fiscal recomenda o reforço do controlo e da monitorização dos fornecimentos e serviços externos, tendo em conta o seu crescimento significativo, a adoção de medidas orientadas para a recuperação gradual das margens operacionais, a continuidade dos esforços de eficiência e de digitalização, bem como o acompanhamento rigoroso do impacto dos investimentos realizados na rentabilidade futura da instituição.

Da mesma forma, recomenda-se considerar a possibilidade de diversificar as aplicações financeiras de curto prazo, de modo a maximizar o retorno sobre os excedentes de caixa, bem como alinhar os investimentos em ativos fixos e intangíveis com as prioridades do novo plano estratégico para o período de 2026 a 2030, assegurando uma adequada orçamentação e controlo.

Cidade da Praia, 30 de março de 2026.

O Conselho Fiscal

O Presidente



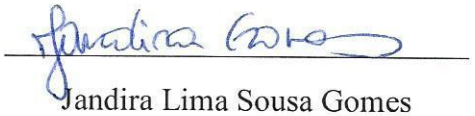
José Pires dos Santos

Vogal



Gilson Pina

Vogal



Jandira Lima Sousa Gomes